



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental: nº. 197067-2/01

Agravante: André Marinho de Andrade

Agravado: Getec – Centro de Gestão Técnica de Pernambuco LTDA

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

- O *quantum* indenizatório merece ser mantido em R\$3.000,00 (três mil reais), pois condiz com a casuística e o status dos litigantes. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Nº **197067-2/01**, em que figuram como agravante André Marinho de Andrade e, como Agravado, Getec – Centro de Gestão Técnica de Pernambuco LTDA, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Agravo Regimental, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 15.12.01


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental: nº. 197067-2/01

Agravante: André Marinho de Andrade

Agravado: Getec – Centro de Gestão Técnica de Pernambuco LTDA

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

RELATÓRIO

Cuido de agravo regimental interposto por André Marinho de Andrade (fls. 02/05), diante de decisão terminativa (fls. 91/93) que negou seguimento ao seu recurso de apelação, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, ajuizada em face de Getec – Centro de Gestão Técnica de Pernambuco LTDA.

Na decisão terminativa às fls. 91/93, foi negado seguimento ao recurso de apelação interposto pelo agravante, ao fundamento de que a condenação da agravada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$3.000,00 (três mil reais) encontra-se razoável e adequada às particularidades do presente caso.

Em face de tal decisão, André interpõe o presente recurso, pugnando pela majoração da indenização em comento, para, no mínimo, 15 (quinze) mil reais.

Por fim, requer o provimento do agravo regimental, por esta Terceira Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 14.12.01


EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

047
16
fp

Agravo Regimental: nº. 197067-2/01

Agravante: André Marinho de Andrade

Agravado: Getec – Centro de Gestão Técnica de Pernambuco LTDA

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

VOTO

Inicialmente, a decisão recorrida é de natureza **terminativa**, portanto, recorrível através de recurso de agravo e não do interposto agravo regimental.

Contudo, verifico na hipótese a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade recursal, tendo em vista a similitude entre ambos os recursos, no tocante ao prazo de interposição (5 dias) e a desnecessariedade de preparo.

Ademais, tal providência consta sumulada por esse Tribunal, nos seguintes termos:

Súmula 42. 05/12/2008.

São fungíveis os agravos regimental e legal.

Dessa forma, recebo o regimental como sendo recurso de agravo.

Quanto à questão controvertida, não vislumbro motivo para retratação, não merecendo ser acolhido o pleito do recorrente, razão pela qual apresento os presentes autos para julgamento.

O agravante interpõe o presente recurso defendendo a majoração do valor da indenização arbitrado, qual seja, R\$3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, decorrente de um protesto indevido, para, no mínimo, R\$15.000,00 (quinze mil reais).

A bem da razoabilidade, não há sustentáculo para tal insurgência.

Isto porque, para a fixação dos danos morais, deve-se levar em conta as condições das partes, as circunstâncias em que ocorreu o fato, o grau de culpa do ofensor, a intensidade do sofrimento, devendo-se ainda considerar o caráter repressivo-pedagógico da reparação, para propiciar à vítima uma satisfação sem caracterizar enriquecimento ilícito.

Deve-se considerar, ainda, na sua fixação, a dupla finalidade do instituto, cujos objetivos são, por um lado, a punição do ofensor, como forma de coibir a sua reincidência na prática delituosa e, por outro, a compensação da vítima pela dor e sofrimento vivenciados.

2

Nesse sentido, convém trazer à colação ensinamento de Sérgio Cavalieri Filho:

"Cabe ao juiz, de acordo com o seu prudente arbítrio, atentando para a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estimar uma quantia a título de reparação pelo dano moral. (...) Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e conseqüências, de modo a aferir lógica da decisão"¹

No mesmo sentido, Rui Stoco:

"Tratando-se de dano moral, nas hipóteses em que a lei não estabelece os critérios de reparação, impõe-se obediência ao que podemos chamar de "binômio equilíbrio", de sorte que a compensação pela ofensa irrogada não deve ser fonte de enriquecimento para quem recebe, nem causa de ruína para quem dá. (...) Ninguém deve receber a título de dano moral quantia que, com a só força do próprio trabalho, não conseguiria amealhar ao longo da sua vida."²

Ademais, não se pode perder de vista que o ofensor deve ser penalizado, mas também não se admite que o pretendido ressarcimento seja fonte de lucro para o ofendido.

Após tecidas essas considerações, tenho que a condenação foi arbitrada em valor adequado às particularidades do caso concreto.

Assim, mantenho a decisão agravada em todos os seus termos, indenizando André no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais.

Em face do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo regimental.

É o voto.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator

¹CAVALIERI FILHO, SERGIO. Programa de Responsabilidade Civil, 3 ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2002. p. 95/97

² Rui Stoco. Tratado de Responsabilidade Civil – Doutrina e Jurisprudência, 7.ed., rev.atual. e amp., editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 1734